



SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL Nº 484/26

- Decreto Federal nº 20.931, de 11 de janeiro de 1932, que regula e fiscaliza o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária, da farmácia, da obstetrícia e das demais profissões da área da saúde, incluindo disposições referentes aos optometristas.
- Decreto Federal nº 24.492, de 28 de junho de 1934, que baixa instruções para a fiscalização do comércio de lentes, óculos e estabelecimentos ópticos.
- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, especialmente o art. 5º, XIII, e os arts. 196 a 200.
- Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, organiza o Sistema Único de Saúde (SUS) e disciplina as ações e serviços públicos de saúde.
- Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.
- Lei Federal nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.
- Lei Federal nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina (Lei do Ato Médico), delimitando as atividades privativas do médico e preservando as competências legais das demais profissões da saúde.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 – dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID-19. Essa é a lei que consta na sua pesquisa e foi amplamente aplicada durante a pandemia.
- Lei Estadual nº 5.879, de 9 de março de 1987, que institui a Semana de Prevenção à Saúde Visual nas escolas públicas, com a realização de testes de acuidade visual e ações educativas voltadas aos alunos do ensino fundamental.
- Decreto Estadual nº 30.514, de 13 de setembro de 1989, que institui o Programa "Ação Preventiva de Saúde Visual" na rede estadual de ensino, com a finalidade de promover a detecção precoce de problemas visuais e o acompanhamento oftalmológico de alunos.
- Constituição do Estado de São Paulo, de 5 de outubro de 1989.
- Lei Complementar Estadual nº 791, de 9 de março de 1995, que institui o Código de Saúde do Estado de São Paulo. (Observação: esta referência deve ser conferida, pois o Código Sanitário do Estado atualmente vigente é instituído pela Lei Estadual nº 10.083/1998.)
- Lei Estadual nº 10.083, de 23 de setembro de 1998, que institui o Código Sanitário do Estado de São Paulo e dá outras providências.
- Lei Orgânica do Município de São Paulo, de 4 de abril de 1990.
- Lei Municipal nº 12.546, de 7 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 13.725, de 9 de janeiro de 2004, que institui o Código Sanitário do Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 14.080, de 26 de outubro de 2005, que dispõe sobre a avaliação oftalmológica, auditiva e bucal dos estudantes da rede municipal de ensino e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 14.958, de 16 de julho de 2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade de entrega do Cartão SUS aos alunos atendidos pelo Programa Aprendendo com Saúde.
- Lei Municipal nº 15.040, de 27 de novembro de 2009, que disciplina a divulgação do Programa Aprendendo com Saúde e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 15.114, de 14 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a criação do Observatório de Proteção Integral à Infância e Adolescência.
- Lei Municipal nº 16.271, de 17 de setembro de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo e estabelece diretrizes para a integração entre saúde e educação, incluindo ações de promoção da saúde dos estudantes.
- Portaria SMS nº 1.779, de 30 de setembro de 2015, que aprova o Regulamento Técnico sobre as condições de funcionamento dos estabelecimentos do comércio varejista de artigos ópticos e laboratórios ópticos no Município de São Paulo.
- Portaria Intersecretarial SME/SMS nº 7, de 2022, que institui e regulamenta ações integradas entre as Secretarias Municipais de Educação e Saúde no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE), incluindo a triagem e o acompanhamento da saúde ocular dos estudantes.
- Decreto Municipal nº 63.032, de 28 de dezembro de 2023, que regulamenta a execução do Programa Saúde na Escola (PSE) no Município de São Paulo, estabelecendo diretrizes para ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, incluindo saúde ocular.
- Portaria SME nº 4.486, de 21 de abril de 2025, que regulamenta, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a implementação de ações de saúde ocular para estudantes da rede municipal, definindo fluxos de triagem, encaminhamento e atendimento oftalmológico.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 13 de julho de 2026.

Cintia Talarico da Cruz

Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia

OAB/SP 155.068